

**A TRANSPARÊNCIA ILOCUCIONÁRIA
E A MARCAÇÃO PRAGMÁTICA
SOB PERSPECTIVA INTERLINGÜÍSTICA**
(Illocutionary Transparency and Pragmatic
Markedness in Cross-linguistic Perspective)

Nelson MITRANO-NETO (Universidade Federal
Fluminense)

ABSTRACT: This paper reviews the notions of illocutionary transparency and pragmatic markedness from a cross-linguistic perspective. Such a review is carried out in the light of the role they play in indirect behaviour in Brazilian Portuguese, British English and in the Brazilian advanced EFL(English as a Foreign Language) learners' pragmatic production. On the basis of three empirical studies, it is claimed that the inference-based pragmatic model, commonly used to explain indirect directive behaviour, can only be accepted cross-linguistically if the notion of pragmatic markedness is also taken into account. In addition, it is argued here that such a notion plays a crucial role in accounting for the occurrence of cross-linguistic influence in the interlanguage production of directives.

RESUMO: Este trabalho pretende abordar, sob perspectiva interlingüística, as noções de transparência ilocucionária e marcação pragmática à luz do papel que desempenham na configuração do comportamento indireto no português do Brasil, no inglês britânico e na produção pragmática de alunos brasileiros de inglês de nível adiantado. Com base em três estudos empíricos, argumenta-se que o modelo pragmático de base referencial, comumente usado na explicação do comportamento diretivo indireto, só poderá ser aceito em conjunto com a noção de marcação pragmática. Argumenta-se, ainda, que tal noção é crucial para se explicar a ocorrência da influência interlingüística na produção de diretivos na interlíngua.

Key words: Illocutionary transparency; Pragmatic markedness; Indirectness; Cross-linguistic influence, Foreign Language Acquisition.

Palavras-chave: Transparência ilocucionária; Marcação pragmática; Indiretividade; Influência Interlingüística; Aquisição de Língua estrangeira.

0. Introdução

Este trabalho aborda as noções de *transparência ilocucionária* e *marcação pragmática* sob uma perspectiva interlingüística, à luz do papel que desempenham em modelos pragmáticos de inferência (*inference theories*), comumente usados para explicar o comportamento indireto na produção dos diretivos. Três estudos empíricos (Mitrano-Neto, 1991; 1993 e Mitrano-Neto & Bargiela, 1995), acerca da pragmática da interlíngua de alunos brasileiros de inglês como língua estrangeira, do português do Brasil e do inglês britânico, servirão de base para a abordagem proposta.

A motivação para este estudo advém de uma das vertentes de uma pesquisa de doutoramento realizada na Universidade de Reading (Mitrano-Neto, 1991) e mais tarde apresentada, de forma mais detalhada, no Encontro do GT de Lingüística Aplicada da ANPOLL na Universidade Federal de Santa Catarina (Mitrano-Neto, 1993). Comparando a produção dos alunos brasileiros com a dos falantes nativos de ambas as línguas, no que se refere a estratégias indiretas convencionais do tipo “habilidade preparatória” (i.é. pedidos envolvendo *can/could* em inglês e *pode/poderia* em português – doravante EHP – cf. seção 2 para uma definição detalhada), observou-se que a produção da interlíngua utiliza EHPs com maior freqüência do que a produção da língua-meta. Embora este dado possa ser interpretado como resultante do processo de supergeneralização, também não se pode descartar a possibilidade de ocorrência de transferência negativa, já que os falantes nativos de português também usam EHPs mais freqüentemente do que os falantes de inglês. Em relação ao número total de preparatórias, os alunos usam 52.2% (n=278) de EHPs, os falantes de inglês 25.8% (n=61) e os de português 80.5% (n=159)¹.

¹Intuitivamente, esperava-se que os falantes de português fossem utilizar muito pouco as estratégias indiretas. No entanto, verificou-se que 41% (n=160) das estratégias usadas eram “diretas explícitas” e 59% (n= 235) eram “indiretas convencionais e contextuais”. Os outros
(cont.)

Talvez a explicação para esta tendência à influência interlingüística negativa estivesse no nível psicolingüístico da formulação de metas no processo de produção pragmática. Em outras palavras, especulou-se se a inferência necessária para atingir o ponto ilocucionário primário – o pedido indireto – não estaria sendo feita pelos alunos com base nas regras pragmalingüísticas da L1 no que se refere à produção/compreensão da indiretividade. Tal influência poderia estar se dando durante as fases de formulação de metas e de planejamento, estruturadas aos moldes do conhecimento declarativo e dos procedimentos pragmáticos da L1.

Foi com base nestes resultados, portanto, que se realizou um terceiro estudo (Mitrano-Neto & Bargiela, 1995), visando a validar as hipóteses aventadas. Perguntou-se, então, quais seriam as expectativas dos falantes de português com relação ao uso de *pode/pôde* nas perguntas sobre a habilidade do ouvinte em fazer algo, já que a habilidade é um elemento-chave para a caracterização das EHPs, pelo menos em inglês, segundo a Teoria dos Atos da Fala. Verificou-se que a noção de habilidade não parece estar intrinsecamente ligada ao modal *poder* em português, pelo menos não da mesma forma que está aos modais *can/could* em inglês. Sendo assim, o caminho de inferência em direção ao ponto ilocucionário primário, em português, seria mais curto, fazendo com que as solicitações com estes modais tenham um caráter mais idiomático – i.é, fazendo com que sejam mais transparentes ilocucionariamente – e, portanto, com a probabilidade de maior frequência de uso (*cf.* frequência de uso no português acima), já que, potencialmente, demandariam menos esforço na compreensão. Concluiu-se, então, que é a marcação pragmática que parece determinar a preferência de uso – detalhes destes estudos e de seus resultados serão apresentados na seção 2 abaixo.

Neste artigo quer-se, então, demonstrar que a explicação teórica com base na inferência e centrada na idéia de “habilidade” é anglo-cêntrica, na medida em que a generaliza como força ilocucionária secundária na produção das estratégias diretivas preparatórias. Em outras línguas, como é o caso do português, a força diretiva sofre um processo de inferência mais atenuado, pois a marcação idiomática neutraliza a

(cont)

dois grupos usaram proporções iguais, a saber: 28% (n=101 [inglês]/n=227 [alunos]) de estratégias diretas e 72% (n=255 [inglês]/n=586 [alunos]) de estratégias indiretas.

apropriado do diretivo indireto por alunos brasileiros de inglês está condicionada a um quadro de marcação pragmática, o elemento-chave deste processo, em que a questão da habilidade é apenas um dos dados a serem considerados.

A discussão subsequente será conduzida da seguinte forma: em primeiro lugar, discutem-se os fundamentos teórico-pragmáticos em que se inserem as noções de transparência ilocucionária e indiretividade, segundo preceitos da Teoria dos Atos da Fala. Em seguida, apresenta-se a evidência empírica que serve de base para a presente argumentação e, finalmente, na conclusão, aborda-se a questão da relação entre a transparência e a marcação pragmática, sob a perspectiva da aquisição do inglês por alunos brasileiros.

1. A transparência ilocucionária e a indiretividade

As EHPs, um dos tipos de ato convencional indireto, são, de modo geral, potencialmente ambíguas. Searle (1975: 59-60) define os atos indiretos como “casos em que o emissor pode expressar o que diz e, também, uma outra ilocução com conteúdo proposicional diferente, em um mesmo enunciado” [Tradução do A.]. A Teoria dos Atos da Fala recorre a quatro generalizações, baseadas nas “condições de felicidade”, para explicar tal fenômeno. Os diretivos indiretos, incluindo-se as EHPs, são tratados na Generalização 1 que, por sua vez, está baseada na Condição Preparatória.

Condição Preparatória: 1. O ouvinte (Ov) é capaz de fazer A. O falante (F) acredita que Ov seja capaz de fazer A; 2. Não é óbvio para F e Ov que Ov fará A no decorrer normal dos acontecimentos de livre e espontânea vontade.

(Searle, 1969: 66 – Tradução do A.)

Generalização 1: F pode fazer um pedido indireto (ou outro diretivo) afirmando ou perguntando se a condição preparatória, a respeito da habilidade de Ov para fazer A, obtém.

(Searle, 1975: 72 – Tradução do A.)

A ambigüidade pragmática resulta do conflito entre a significação expressa na sentença² (*sentence meaning*) – “pergunta acerca da habilidade de Ov para fazer A” – e a intenção de F (um diretivo). Searle (1975) lança a hipótese de que a intenção de F pode ser comunicada a Ov na medida em que Ov se vale da razão e de sua capacidade de inferência. Segundo o autor, “...o aparato necessário para explicar a indiretividade consiste da Teoria dos Atos da Fala, de determinados princípios da conversação cooperativa... e de informação fatural compartilhada por F e Ov, além da habilidade de Ov para fazer inferências” (*Searle*: 61 – Tradução do A.).

A explicação acima só faz sentido se aceitamos que há uma força literal e uma força ilocucionária embutidas na estrutura formal da linguagem – “hipótese da força literal” – (Levinson, 1983). Os atos indiretos são, nesta visão, aqueles cujas forças ilocucionárias são inferidas indiretamente porque não se coadunam com a força literal expressa pelo verbo performativo da oração-matriz na estrutura profunda, ou pelos três tipos principais de sentença. Em inglês, tais tipos (imperativo, interrogativo e declarativo) são normalmente associados aos atos de ordenar (ou pedir), perguntar e afirmar, respectivamente.

Levinson (1983.) acrescenta que, se é assim, então a maior parte dos atos são indiretos. Entretanto, como os dois critérios acima (o do verbo performativo e o dos tipos de sentença) podem ser facilmente rejeitados, o teórico, que aceita a hipótese da força literal, terá que encontrar uma outra maneira de derivar a força diretiva da estruturação formal. O problema em relacionar força ilocucionária com forma lingüística, é que, muito freqüentemente, os elementos sintáticos, usados em conjunto com os atos indiretos, estão associados não só à estrutura formal, mas também à própria força ilocucionária. Em inglês, *please*, por

² Neste trabalho, o termo *sentence* será, de modo geral, traduzido por “sentença”, embora também possa significar “frase” ou “oração”. Segundo Mattoso Câmara Jr (s/d), “sentença é também usado em vez de frase ou oração”. Quer-se, com isto, estabelecer uma distinção geral entre “sentença”, como uma estruturação de elementos lingüísticos em nível do sistema formal, e “enunciado/enunciação”, como uma sentença que possui uma determinada função comunicativa e pragmática. O termo “oração” será usado quando o original em inglês for *clause*. De igual modo, *meaning*, que pode ser entendido tanto como “significação/significado”, quanto como “sentido”, na maioria das vezes será traduzido por “significação/significado”. Quer-se, assim, opor “significação” à “força” (significação em nível pragmático, que se associa a uma ação comunicativa).

exemplo, pode ser usado com uma EHP: “*can you please shut the door?*” (compare: **“can you please run a marathon?”* = “*are you able to run a marathon?*”) – [“você pode por favor fechar a porta?” – **“você pode por favor correr uma maratona?”* = “você é capaz de correr uma maratona?”]. Isto indica que *please* está, na verdade, associado à força ilocucionária indireta derivada da estrutura formal, já que o marcador de polidez, em nível formal, deveria, em princípio, estar associado a uma sentença declarativa e, não, a uma interrogativa, como, por exemplo, em “*please shut the door*” [“por favor feche a porta”].

Portanto, segundo Levinson (1983: 268), a hipótese da força literal gera dois problemas: “por um lado, a hipótese remete a predições equivocadas acerca da relação *força-estrutura formal*, e, por outro, precisa dar conta de como e por que a estrutura da sentença parece ser capaz de carregar o estigma sintático, ou marcadores distributivos, de suas forças indiretas” [grifo no original]. Ainda, segundo Levinson, há duas espécies de teoria que abordam esta questão: são as que ele denomina “teoria do idiomatismo” (*idiom theory*) e “teoria da inferência” (*inference theory*).

A primeira delas está intrinsecamente relacionada à noção de *convenção*. Searle (1975: 76) sugere que tais formas como “*can, could, will, etc.*” são maneiras convencionais de se solicitar algo. Embora reconheça que, neste sentido, elas seriam idiomáticas, Searle (1975) pondera que “...elas não carregam um sentido imperativo (e, portanto, seria incorreto considerá-las idiomáticas)” – [Tradução do A.]. Os teóricos que aceitam o idiomatismo argumentam que formas como “*can you*”, como pedido, são claramente fruto de convenções normatizadoras (i.é, pertencem à norma), ao contrário de, por exemplo, “*are you able to*” [“você é capaz de”, como pedido], que talvez por isto seja considerada uma estratégia mais direta. Ainda argumentam que formas como “*could you*”, em inglês, não são *normalmente* usadas e interpretadas de forma literal (significando “pôde”). Uma outra argumentação é a da “hipótese performativa” (e.g. Sadock, 1974) que sustenta que “a oração mais alta na estrutura profunda ou semântica de uma sentença é a oração performativa” (Leech, 1977: 134) [Tradução do A.]. Seria, então, esta oração performativa que carregaria a força ilocucionária primária, a solicitação.

Dentre os argumentos contra o idiomatismo, é, provavelmente, a própria noção de convenção, o principal. Embora Searle (1975), conforme assinalado acima, reconheça a natureza convencional das EHPs, o autor sublinha que tais convenções são convenções de *uso* e, não, de *significação*. Tanto parece ser assim que as solicitações indiretas não carregam um sentido imperativo.

Segundo Morgan (1978: 279), além das convenções de significação e de regras de combinação semântica, os usuários da linguagem possuem o conhecimento acerca das convenções que regulam o uso de tais significados em determinadas ocasiões, com determinados propósitos. Blum-Kulka (1981: 92-3) relata que, em hebraico, algumas estratégias indiretas (e.g. *"I may be wrong but..."* – "Eu posso estar errado mas...") são linguisticamente possíveis mas socialmente inaceitáveis – um exemplo de convenção de uso. Em húngaro, o pedido indireto é feito por meio de "verbos do conhecimento" (*verbs of knowledge – know* [saber]) e, não, por verbos de habilidade – convenção de significação. A questão em pauta é, portanto, a de perspectiva de análise pragmática. A indiretividade terá um aspecto pragmalinguístico (o caso do húngaro) e um outro de ordem sociopragmática (o caso do hebraico), na terminologia de Leech (1983).

Quanto à hipótese performativa, verifica-se que as respostas aos pedidos indiretos muitas vezes são ambíguas no que se refere a uma possível oração performativa subjacente. Por exemplo, B, no diálogo abaixo, parece entender que há uma "dupla" estrutura profunda, na medida em que a primeira parte da sua resposta está associada à significação de *can* como forma que denota habilidade e a segunda constitui uma reação a uma solicitação de F.

A: *Can you please lift that suitcase down for me?*

[*Você pode pôr esta mala no chão para mim?*]

B: *Sure I can; here you are.*

[*Claro que posso. Pronto, aqui está.*]

(Levinson, 1983: 269)

Dentre as propriedades essenciais que, segundo Levinson (1983: 270), são compartilhadas pelas várias teorias de inferência, as três transcritas abaixo são de particular interesse para a presente discussão:

- (i) A significação e a força literal de um enunciado estão disponíveis aos participantes e por eles são computadas;
- (ii) Para um enunciado constituir um ato indireto, tem que haver um gatilho de inferência, i.é, alguma indicação de que a significação e/ou força literal é conversacionalmente inadequada ao contexto e deve ser “reparada” por algum tipo de inferência;
- (iii) Deve haver princípios ou regras específicas de inferência que serão derivadas da significação e da força literal, bem como do contexto.

[grifos no original – Tradução do A.]

É o próprio Searle (1975) quem sugere que a propriedade (i) pode ser tratada dentro do âmbito da Teoria dos Atos da Fala e que as propriedades (ii) e (iii) no da Teoria da Cooperação Conversacional de Grice (1975)³ – cf. Levinson (1983: 273). Face ao fato de que a força literal de um pedido indireto é tida como inadequada por Ov, algum tipo de *implicatura* conversacional é gerada para dar conta da força pretendida por F. A indiretividade, vista sob esta perspectiva, é, portanto, uma questão de graus diferentes de *transparência ilocucionária*. Quanto mais longo for o caminho de inferência para Ov chegar à força pretendida por F, maior será o grau de indiretividade. Em outras palavras, o *ato ilocucionário primário*, ou ponto ilocucionário, é atingido por intermédio da realização de um *ato ilocucionário secundário* que pode ser igual à força literal contida na sentença que está sendo enunciada (cf. Searle, 1975: 62).

Tal posicionamento teórico parece indicar que há, portanto, um significado que, passando do nível formal de análise lingüística para o pragmático, seria igual à força literal. Esta, no caso da indiretividade, poderia ser igual ao ato ilocucionário secundário que é de natureza

³ Deve-se frisar, neste ponto, que uma alternativa, mais recente, à Teoria da Cooperação Conversacional é a Teoria da *Relevância* (cf. Sperber & Wilson, 1986 e Wilson, 1994). Esta teoria, também formulada com base no processo de inferência, é definida em termos das noções de *efeito contextual* e *esforço processual*, rejeitando o paradigma griceano básico, pois, dentre uma série de objeções, não se propõe a tomar como base regras ou máximas. Naturalmente, o escopo do presente trabalho não permite uma ampla discussão da *Relevância*, porém deve-se ressaltar que esta abordagem é uma opção para tratar das propriedades (ii) e (iii) propostas por Searle, já que parece estar relacionada à noção de transparência, na medida em que leva em conta o esforço processual, de base lingüística e psicológica, para chegar à força ilocucionária de uma enunciação.

prototípica, já que ele próprio, às vezes, pode-se tornar ato ilocucionário primário nos casos de coincidência entre este e aquele (como em atos diretos). Esta é uma posição que tem sido aceita por alguns pesquisadores e rejeitada por outros. Clark & Lucy (1975), por exemplo, aceitam-na e argumentam que a interpretação de pedidos indiretos está associada a três ingredientes: a significação que reside na estrutura formal, o contexto e as máximas conversacionais. Gibbs (1979) – cf. Gibbs (1981) – por outro lado, numa série de pesquisas, prova a hipótese de que Ov usa o contexto para compreender enunciados indiretos *diretamente*, sem antes lhes analisar o significado.

A posição adotada neste trabalho é, no entanto, a que busca uma conciliação entre as duas tendências teóricas, i.é., o idiomatismo e a inferência. Talvez seja melhor operar em termos de um *continuum* que varie de um ponto de “total idiomatismo” a um outro de “total inferência”. Dependendo da língua com que se lida, os atos convencionais indiretos ocupariam diferentes posições em termos do papel que cada conceito desempenha na compreensão destes atos. Conforme argumenta Blum-Kulka (1987: 143), “embora ainda necessitemos de mais evidência empírica para melhor entendermos o efeito da convenção no processamento [pragmático], tanto a teoria, quanto a evidência empírica [de que já dispomos] justificam a idéia de um *continuum* no qual a convenção atua como um dispositivo que encurta o caminho do processo de inferência” [Tradução do A.].

A posição *relativa* no *continuum* “idiomatismo–inferência” será determinada pelo tipo de marcação pragmática a que cada língua recorre. Na medida em que se marca uma determinada estratégia *idiomaticamente*, em nível sociopragmático, uma menor carga de processamento de inferência parece ser necessária para atingir o ato primário – a força indireta – pois mais transparente será; o contrário se dá quando a estratégia é marcada *pragmalingüisticamente*, i.é., conservando traços da força literal, ou ato secundário.

2. A evidência empírica

Conforme assinalado anteriormente, o ponto de partida dos estudos empíricos utilizados neste trabalho foi a verificação da tendência para a transferência negativa de EHPs que alunos adiantados de inglês como

língua estrangeira demonstraram. Mitrano-Neto (1991) fez uma pesquisa experimental que se valeu da técnica de eliciação, por meio de um DCT (*discourse completion test*), para analisar a produção dos diretivos por três grupos distintos: alunos brasileiros de inglês, falantes nativos de inglês e falantes nativos de português.

O DCT, elaborado aos moldes do instrumento usado no Projeto CCSARP (Blum-Kulka & Olshtain, 1984; Blum-Kulka *et al.*, 1989), consistia de vários cenários, de caráter controlado, a que os sujeitos respondiam por escrito. Elaboraram-se doze cenários, segundo parâmetros situacionais idênticos, que variavam de acordo com as seguintes condições: distância social, relações de poder/domínio, sexo, nível esperado de aquiescência ao pedido (pressuposição pragmática) e tipo de serviço solicitado. Cada par de cenários constituía uma situação.

Com base num estudo anterior (Mitrano-Neto, 1989) e na literatura — c.g. Wierzbicka (1985), Færch & Kasper (1984), Blum-Kulka (1987), Ervin-Tripp (1976), Adegbija (1988) — os construtos acima mencionados foram operacionalizados como variáveis independentes da seguinte forma: distância social foi entendida como a relação entre F e Ov em cinco níveis, a saber: relação entre membros da família nuclear (pai, mãe, irmãos), da família distante (avô, avó, tios, primos etc.), amigos, colegas e estranhos; poder foi entendido em três níveis, a saber, $F > Ov$, $F = Ov$ e $F < Ov$ (níveis +/-/- autoridade, que foi definida como “idade e/ou posição”); a pressuposição pragmática como três níveis de anuência esperada de Ov por F (+/-/neutra); tipo de pedido em dois níveis, ou seja, pedido que envolvia uma ação por parte de Ov ou que lhe requisitava um objeto (*cf.* Anexo 1 para uma exemplificação dos cenários usados).

Ao todo, foram coletados 1.576 pedidos: 356 de 58 falantes nativos de inglês britânico (27 do sexo masculino e 31 do feminino: idade média 19.5), 396 de 66 falantes nativos de português do Brasil (33 do sexo masculino e 33 do feminino: idade média 21.15) e 824 de 128 alunos brasileiros de inglês (50 do sexo masculino e 78 do feminino: idade média 19.01). A amostragem da população foi realizada através da técnica de “amostragem randomizada estratificada” (*cf.* Hannagan, 1986). Queríamos selecionar sujeitos ao acaso, que compartilhassem de certas características que deveriam ser controladas para que pudéssemos atender aos objetivos da pesquisa. Os sujeitos deveriam ser estudantes, de

uma determinada faixa etária, da classe média e todos pertencentes a uma mesma comunidade lingüística. Não deveriam, ainda, falar qualquer língua estrangeira em nível de proficiência, exceto, naturalmente, os estudantes brasileiros de inglês que seriam os únicos a dominarem um outro idioma. Estes, entretanto, deveriam estar no nível adiantado de estudo do inglês.

Os sujeitos britânicos eram alunos, com as características gerais acima mencionadas, que faziam vários cursos (exceto Línguas/Lingüística) no *Reading College of Technology*, nascidos e criados na Área do Vale do Tâmsa, na Grã-Bretanha; os falantes de português, alunos da Universidade Federal Fluminense, nascidos e criados na área do Grande Rio, e os alunos de inglês, que possuíam características idênticas às dos outros grupos de informantes, cursavam o nível adiantado de inglês (tendo passado o *First Certificate Exam* da Universidade de Cambridge, preparando-se para o *Cambridge Proficiency Exam*) em duas filiais da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa - Rio/Brasília. Em meio a estes grupos, procedeu-se, então, à escolha randomizada dos informantes que tomaram parte na pesquisa.

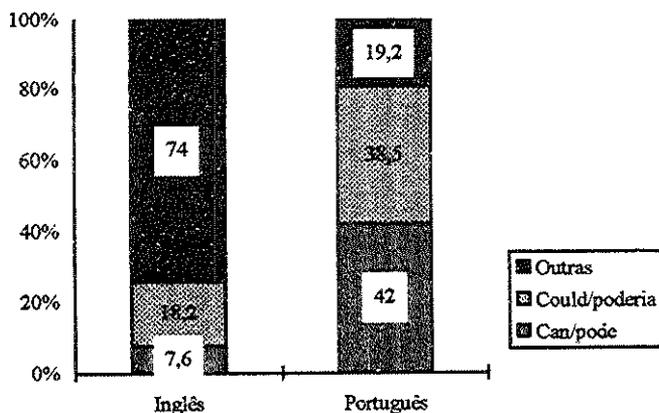
A análise dos pedidos foi feita com base num esquema analítico adaptado do esquema CCSARP (Blum-Kulka *et al.*, 1989). Dentre as várias categorias utilizadas, no presente estudo, considera-se apenas o núcleo do ato diretivo denominado “convencional indireto” e, mais especificamente, as EHPs. O ato convencional indireto possui, segundo o esquema usado, duas subcategorias: as fórmulas de sugestão (e.g. “Que tal irmos...?”; “O que você acha de...?”) e as preparatórias, que são enunciados que fazem referência, de forma afirmativa ou interrogativa, à condição preparatória para execução da ação denotada na proposição (Mitrano-Neto, 1991: 191-2). Dentre as preparatórias (e.g. pedidos como: “Daria para você...?”; “Você se importaria se...?”; “Você - ria...?”; “Você quer...?”, etc.), encontram-se as do tipo “habilidade”, as EHPs: “você pode/poderia...?” (em inglês, “*can/could you...?*”), que são o foco deste trabalho.

A análise estatística foi feita por meio do teste de qui-quadrado que permite avaliar se a associação entre as características nominais em estudo é de *independência* ou *interdependência*. Em todas as tabelas 2x2, utilizou-se a correção de continuidade de Yate para corrigir o erro de continuidade inerente às tabelas com apenas um grau de liberdade (*cf.*

Woods *et al.*, 1986 e Owen & Jones, 1977). O nível de significação usado foi de 5%. Foram, também, apenas considerados os resultados com, no máximo, 20% das células de valores esperados abaixo de 5. Os testes foram feitos no programa *Statview 512™* (Versão 1.1) para o "Apple Macintosh".

2.1. As EHPs em inglês e português

Figura 1 - Distribuição Percentual de "can/pode", "could/poderia" e outras estratégias preparatórias em inglês e português
($\chi^2 = 135.937/df=2/p=0.0001$)

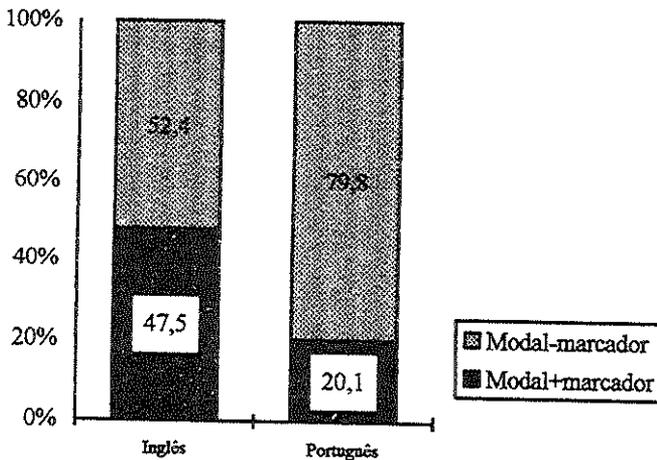


Se a tendência da produção do grupo de alunos era para a transferência negativa, precisava-se observar que tipo de padrão era empregado pelos grupos de falantes nativos. Conforme pode-se verificar pela Fig. 1, acima, no inglês britânico (doravante, IB) apenas 7.6% (n=18) das estratégias são do tipo *can you* e 18.2% (n=43) do tipo *could you*. A grande maioria, 74% (n=174) é constituída por outras estratégias preparatórias. No português do Brasil (doravante, PB), nota-se uma tendência oposta: apenas 19.2% (n=38) são de outras estratégias

preparatórias, enquanto 38.5% (n=76) são de “poderia” e 42% (n=83) de “pode”.

Tais resultados indicam que parece haver uma preferência em PB pelo uso das EHPs no conjunto das situações pesquisadas, pelo menos em relação a outros tipos de preparatórias.

Figura 2 - Distribuição Percentual de “modal+marcador de polidez” e “modal-marcador de polidez” em inglês e português (X²=15.195/df=1/p=0.0001 c/ correção de continuidade)



A Fig. 2, acima, relaciona o uso das EHPs com o marcador de polidez “por favor” (*please*). Blum-Kulka (1987:217) argumenta que “deveríamos considerar que cada ocorrência de modificador do ato da fala é multifuncional, em termos das funções sociopragmática e pragmalingüística”. “*Please*”, visto sob essa perspectiva, funciona tanto como marcador de polidez, quanto como um elemento que “encurta o caminho de inferência necessário para se interpretar a força diretiva” (Blum-Kulla, 1987: 214). No seu estudo comparativo entre inglês e hebraico, a autora obteve os seguintes resultados com relação à função do marcador em inglês: *can you sem please* foi interpretado como pedido somente por 33% dos informantes e como ambíguo entre “pergunta sobre a habilidade de *Ov*” e pedido por 67%. Junto com *please*, *can you* foi

interpretado como pedido por 92% dos informantes e como pergunta e pedido somente por 8%. Os resultados com relação a *could you*, com e sem *please*, foram semelhantes: com *please*, 92% interpretaram o enunciado como pedido e 8% como pedido e pergunta; sem *please*, 42% acharam que se tratava de um pedido e 58% que se tratava de ambos, pedido e pergunta.

Comparando-se os resultados acima, verifica-se que em PB apenas 20.1% (n=32) das EHPs (pode+poderia) foram acompanhadas de “por favor”, enquanto em inglês 47.5% (n=29) receberam o marcador. Isto demonstra que IB freqüentemente usa as EHPs em conjunto com o marcador de polidez para resolver a ambigüidade inerente a tais estratégias. Já PB usa mais EHPs e o faz, na grande maioria das vezes, sem recorrer ao marcador de polidez. Tal padrão parece apontar duas conclusões teóricas. A primeira, que se encontra fora do escopo do presente trabalho e por isso será aqui apenas mencionada, diz respeito a questões ligadas à Teoria da Polidez. Talvez em IB o uso do *please*, pelo menos em conjunto com EHPs, não seja tanto para marcar a polidez, uma questão sociopragmática, quanto seja para neutralizar a ambigüidade pragmática, marcando a força ilocucionária diretiva, uma questão em nível pragmalinguístico. A segunda conclusão teórica, que é discutida na segunda pesquisa relatada a seguir, tem a ver com a questão do processo de inferência em português. Talvez as EHPs em PB sejam mais transparentes como diretivos, não carregando a marcação de “pergunta sobre habilidade de Ov” tão acentuadamente quanto em IB e, por isto, sejam mais freqüentemente usadas sem a necessidade de um marcador para neutralizar a ambigüidade pragmalinguística. A ausência de “por favor” nas EHPs em PB possivelmente não está ligada à falta de polidez, como também parece não estar a presença de *please* nas EHPs em IB à marcação de polidez. Esta hipótese se torna importante, já que no ensino de inglês, e no ensino de línguas de modo geral, *please* e seus equivalentes são imediatamente associados à questão da polidez, o que talvez nem sempre deva ser o caso.

2.2 A inferência em português brasileiro: um caminho mais curto?

Foi, portanto, com base na segunda conclusão teórica acima que Mitrano-Neto & Bargiela (1995) estruturaram o seguinte estudo de validação em PB. O instrumento usado foi um questionário com quatro

cenários agrupados em dois pares (*cf.* Anexo 2). Cada par é constituído de uma versão marcada contextualmente (B e D) e de uma não marcada (A e C) da mesma situação. Os pares A e B referem-se à habilidade no passado e C e D, no presente. Além disso, cada par contém quatro enunciados: dois marcados linguisticamente (1 e 4) e dois não marcados (2 e 3). A marcação contextual foi operacionalizada na situação B pelo fato de que o conserto já havia sido feito várias vezes e na situação D pela informação de que houve uma reação negativa (“fez uma careta”), por parte de Ov, quando o trabalho em madeira foi mencionado. Quanto à marcação/não marcação linguística, esta foi operacionalizada da seguinte forma: em A1 e B1 usou-se a voz passiva; em A4 e B4 o verbo “conseguir”; em A2, B2, C2 e D2 as formas “pode/pôde” (habilidade – no instrumento consideradas não marcadas à semelhança do IB, conforme postulados da Teoria dos Atos da Fala); em A3, B3, C3 e D3 as formas presente do indicativo e pretérito perfeito; em C1 e D1 o verbo “saber” (*cf.* seção 1 – Blum-Kulka, 1981 – uso semelhante em húngaro) e em C4 e D4, a negação.

Se, em contrário aos postulados teóricos de tendência anglo-cêntrica e conforme a hipótese deste trabalho, realmente PB atinge, via EHPs, o ponto ilocucionário (“pedido”) mais diretamente do que IB, então, espera-se que as preferências dos falantes nativos de português recaiam, em contexto situacional não marcado, sobre formas outras que não “pode/pôde”, já que estas carregariam a marcação ilocucionária diretiva. Espera-se um padrão inverso ao do estudo anterior, i.é, agora seria PB que “despreferiria” o uso de “pode/pôde”, pois isto geraria a ambigüidade pragmática e, portanto, dificultaria a compreensão.

87 alunos universitários brasileiros, de ambos os sexos e fazendo cursos diversos (exceto Línguas e Linguística), registraram suas preferências utilizando uma escala de quatro pontos. A idade média dos informantes era de 21.18, todos eram nascidos e criados na área do Grande Rio, bem como unilingües. As escolhas 1 e 2 foram consideradas “preferidas” e as 3 e 4 “despreferidas”. Os procedimentos estatísticos usados foram os mesmos da pesquisa anterior. Desta feita, no entanto, verificaram-se também os resíduos padronizados para cada célula do quadrado. Os valores obtidos fornecem uma medida padronizada da distância da associação entre as características em estudo através da polaridade e da distância entre os valores. A quantidade de tabelas de

contingência marginal não excedeu o valor do grau de liberdade do teste inicial. Os resíduos foram obtidos manualmente.

Figura 3 - Distribuição Percentual de Estratégias Preferidas e Despreferidas por Situação e Enunciado (2) -
{ $X^2=31.894/df=3/p=0.0001$ }

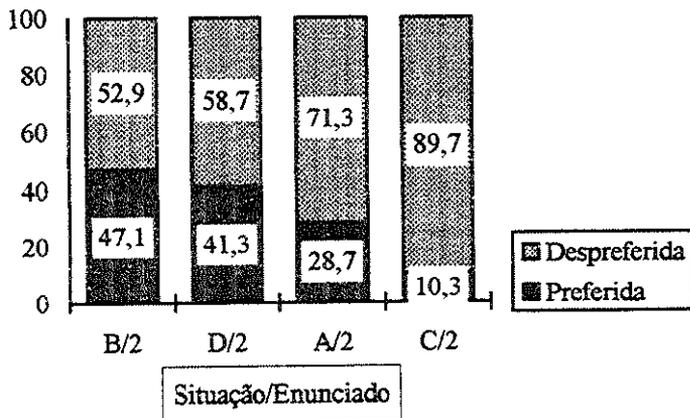


Figura 3.1 - Resíduos Padronizados e Tabelas de Contingência

	Marginal				Tabelas de Contingência Marginal
	Resíduos Padronizados				
	B/2	D/2	A/2	C/2	
Preferida	2.51	1.56	-0.52	-3.56	B/2 vs D/2 $X^2=0.373; df=1; p=0.5415$
Despreferida	-1.72	-1.07	0.35	2.43	A/2 vs C/2 $X^2=8.225; df=1; p=0.0041$

(N.B. X^2 com correção de continuidade)

A Fig. 3, acima, demonstra que todos os enunciados 2 foram considerados despreferidos. Verifica-se, porém, que foi nas situações A e C (não marcadas contextualmente) em que houve uma tendência acentuada para a rejeição de “pode/pôde”. A rejeição nas situações B e D, no entanto, precisa ser olhada com mais atenção, pois apesar de, aparentemente, contrariarem as expectativas deste estudo, a inspeção dos

resíduos padronizados e tabelas de contingência marginal na Fig. 3.1 demonstra que também não se pode aceitar a hipótese nula. Isto quer dizer que todas as situações e enunciados 2 formam, com as categorias “preferida” e “despreferida”, características significativamente *interdependentes*. Entretanto, dentro do grupo “situações marcadas contextualmente”, B e D e o enunciado 2 são características *independentes* das categorias de preferência pragmática. Desta forma, não se pode garantir que as escolhas não tenham sido feitas por acaso (cf. $p=0.5415$). De qualquer forma, observa-se que, nestas situações, “pode/pôde” são considerados adequados com maior frequência do que nas situações A e C. Uma evidência adicional em favor desta argumentação é que das 19 vezes (num total de 348 escolhas feitas na pesquisa) em que os informantes avaliaram “pode/pôde” como formas adequadas, 15 dessas escolhas (78.9%) foram feitas em relação a situações marcadas contextualmente (B e D) e apenas 4 (21%) a situações não marcadas contextualmente (A e B).

Embora não seja possível a reprodução integral dos resultados neste trabalho, por motivo de espaço (cf. Mitrano-Neto & Bargiela, 1995), cabe ressaltar que, apesar de o enunciado 3 (o mais neutro possível) ter sido considerado despreferido pela maioria dos informantes nas situações B e D, marcadas contextualmente, este não foi um resultado significativo em nível de 5% ($p=0.2207$). É, ainda, interessante relatar que o enunciado 1 (com o verbo “saber”) foi considerado apropriado na situação C, sem marcação contextual, por 89.6% dos informantes. Estes resultados parecem também indicar que a hipótese lançada deve ser aceita. Em PB “pode/pôde” parecem realmente carregar a marcação ilocucionária diretiva que só é neutralizada quando em situação marcada contextualmente. Parecem funcionar como a negativa nos enunciados C4 e D4. Esta também foi considerada preferida por 71.2% dos informantes na situação D (marcada) e despreferida por 89.6% na situação C (não marcada). A preferência recai em formas neutras como o presente e o pretérito perfeito e, até mesmo, no uso do verbo “saber” – em vez de “poder” – em situações não marcadas contextualmente.

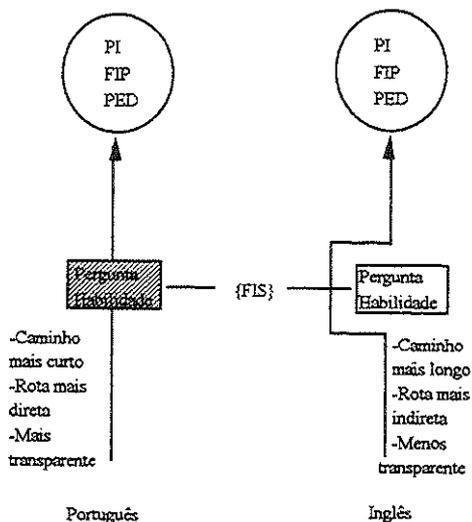
3. Conclusão: A transparência ilocucionária e a marcação pragmática frente à aquisição de EHPs por alunos brasileiros

Os dois estudos anteriores indicam que, de um modo geral, o PB recorre às EHPs mais freqüentemente do que o IB, dispensando o uso da marcação de

polidez. Além disto, parece despreferir as perguntas sobre habilidade de Ov por meio dos modais “pode/pôde”, principalmente em situações sem marcação contextual. Isto quer dizer que, diferentemente de IB, estes modais não carregam a marcação ilocucionária acentuada de “pergunta” em nível de força literal. Antes, são marcados ilocucionariamente como pedidos. Como a situação em IB é inversa, os resultados desses estudos fornecem subsídios para que se possa explicar porque os alunos brasileiros de inglês recorrem à transferência negativa.

O caminho de inferência, portanto, parece ser diferente nas duas línguas em foco. Se aceitamos a idéia de um *continuum*, conforme colocado anteriormente, IB e PB deveriam ser colocadas em posições diferentes; esta tendendo para o idiomatismo, aquela para a inferência, com relação à força ilocucionária primária, o pedido. A Fig. 4, abaixo, é uma tentativa de representação gráfica do caminho de inferência em direção à força diretiva em IB e PB.

Figura 4 - Caminho de Inferência em direção à Força Ilocucionária Primária Diretiva em inglês e português



Legenda:

PI = ponto ilocucionário PED = pedido
 FIP = força ilocucionária primária
 FIS = força ilocucionária secundária

Aparentemente, a pragmalinguística do ato diretivo em PB apresenta-se de tal forma que a força literal de “poder” é neutralizada pelo idiomatismo, fazendo com que o caminho de inferência até o pedido seja mais curto. Não que haja total idiomatismo, pois, como foi demonstrado, o uso de “poder” como pergunta sobre habilidade ainda é considerado apropriado. É, antes, a variável “marcação contextual”, em combinação com a marcação pragmalinguística (a força literal de “poder” como habilidade), que determina a preferência pragmática. A inclusão de habilidade preparatória na definição dos diretivos pela Teoria dos Atos da Fala, na perspectiva da “teoria da inferência”, parece ser uma tendência anglo-cêntrica, já que em PB – *cf.* húngaro, conforme assinalado anteriormente – “pode/poderia” não sofrem o processamento de inferência de maneira plena devido à marcação idiomática.

Serão, portanto, outros marcadores de ordem pragmalinguística – e.g., o verbo “saber” e o tempo verbal – que funcionarão como *can/could* funcionam em IB. São perguntas como “Você sabe trabalhar com madeira?/Você trabalha com madeira?”, sobre a habilidade de Ov, que precisam passar pelo processamento de inferência para dissipar a ambigüidade inerente à estrutura pragmalinguística. Seriam estas indagações apenas perguntas sobre o conhecimento de Ov (“saber”) e suas atividades habituais (“presente do indicativo”), ou seriam um pedido de F para que Ov executasse uma tarefa? Desta feita, precisa-se de um processamento em nível de inferência contextual para que se possa chegar a uma conclusão.

Se imaginarmos uma situação em que F faça estas perguntas (ou mesmo “Você trabalharia – sabe/saberia trabalhar – com madeira?”), poderíamos, também, imaginar respostas como, “Trabalho/sei/saberia, mas agora não tenho tempo de pegar o serviço”, que dizem respeito tanto à força literal, quanto à ilocucionária indireta – *cf.* discussão, na seção I, sobre comportamento semelhante com relação a pedidos com *can* em inglês. “Poder”, na verdade, parece carregar, em PB, a marca pragmalinguística de “permissão” de forma muito mais acentuada do que a de “habilidade”. Alguém que queira perguntar a outrem se, por exemplo, tem a capacidade de nadar (numa praia), provavelmente escolheria dizer “Você sabe nadar?” em vez de “Você pode nadar?”, pois a segunda escolha denotaria “Você tem permissão para nadar?, ou “Você está suficientemente saudável para nadar?”

Como a marcação é um fenômeno que influencia o processo de aquisição/aprendizagem de línguas (Ellis, 1994; Brown, 1994), especula-se se os alunos não estariam transferindo a “facilidade” processual de PB para IB, usando EHPs em excesso, provavelmente em situações em que os falantes nativos de IB as evitariam na tentativa de fugir da ambigüidade pragmática. Segundo Celce-Murcia & Hawkins, 1985 – *apud* Brown, 1994: 202), a teoria da marcação “distingue os membros de um par de formas ou estruturas inter-relacionadas da seguinte maneira: o membro marcado contém pelo menos uma característica a mais do que o não marcado...o membro não marcado (ou neutro) do par também é aquele com maior distribuição”. Eckman (1981) – *apud* Brown (1994) e Ellis (1994) – relata, ainda, que os elementos marcados em L1, relativamente à L2, são mais dificilmente adquiridos e os não marcados mais facilmente incorporados pela interlíngua (*cf.* a hipótese da Marcação Diferencial – Ellis, 1994: 323).

Isto explicaria, portanto, a tendência para a transferência negativa observada no primeiro estudo. Como *can/could* são pragmalinguisticamente marcados (“pergunta sobre habilidade”), sua aquisição, como pergunta, é mais difícil do que como pedido, já que eles são não marcados do ponto de vista da força ilocucionária primária – o ato diretivo. Cabe ressaltar que entre o par *can* e *could*, este é claramente menos marcado como pergunta sobre habilidade, já que seu significado como “pôde” vem diacronicamente desaparecendo, limitando-se a contextos cada vez mais específicos e restritos (menor distribuição) – por isto, talvez, *could*, como pedido, tenha sido duas vezes mais usado no primeiro estudo do que *can* (*cf.* a Fig. 1). Seus correspondentes em PB, por outro lado, são pragmalinguisticamente não marcados e idiomáticamente, ou ilocucionariamente, marcados – *cf.* Fig. 5, abaixo.

Figura 5 – A marcação idiomática e pragmalinguística em PB e IB

	PB	IB
<i>pode/poderia(pôde) can/could</i>	+	--
Marcação idiomática/ilocucionária +	-	
Marcação pragmalinguística	-	+

O que, portanto, parece ser problemático para um brasileiro falante de inglês é justamente esta dualidade de marcação e não marcação em dois níveis diferentes. Como, pelo menos teoricamente, parece ser mais fácil adquirir a forma não marcada, parece que os alunos estão usando *can/could*, como pedido, tanto nos contextos apropriados, quanto nos inapropriados, o que fica claro pela alta frequência de uso observada. Isto, em última análise, evidencia o uso da estratégia comunicativa da supergeneralização contextual, em nível intralingüístico. Este uso em excesso, no entanto, ainda recebe o reforço da pragmática da L1 que, ao apresentar um pedido marcado idiomáticamente, e de fácil processamento, presta-se à transferência negativa, o que, de certa forma, também é um tipo de supergeneralização, só que em nível interlingüístico⁴. A experiência em sala de aula de L2 mostra que os alunos brasileiros, *aparentemente*, não têm problemas de aquisição de *can/could*, como diretivos, mas, sim, como perguntas sobre a habilidade de Ov. Frequentemente, quando precisam perguntar sobre a capacidade de alguém fazer algo, recorrem à forma "*Do you know...?*", que em inglês possivelmente requer um contexto de uso marcado.

É preciso que fique claro que o que se transfere é a formulação de uma meta, em nível de escolha de elemento atuacional, segundo os parâmetros da L1.⁵ Este tipo de influência da L1 sobre a língua-meta é uma questão que parece estar ausente das preocupações do ensino de línguas. A ênfase é dada, normalmente, à polidez, pois o uso de *can/could* é ensinado como uma forma educada de solicitar algo, em associação com questões de registro. Deve-se ressaltar o fato de que, às vezes, tais estratégias são despreferidas para evitar a ambigüidade e,

⁴ Cabe ressaltar que um quadro geral que desse conta do comportamento observado, de forma mais abrangente, deveria incluir não só as possibilidades de supergeneralização e transferência negativa, mas também as de "transferência instrucional" (*transfer of training* - cf. Odlin, 1989: 18) e de influência do discurso pedagógico (cf. Mitrano-Neto, 1994). As formas *can/could* são ensinadas enfaticamente desde os níveis iniciantes do ensino do inglês como língua estrangeira, além de aparecerem no discurso de sala de aula em profusão, pois o ato diretivo parece ser imprescindível no âmbito do ensino formal. A transferência instrucional e o discurso pedagógico, oriundas da contingência pedagógica, sem dúvida, afetam a produção lingüístico-pragmática da interlíngua. Estas questões não foram desenvolvidas para se limitar o escopo do presente estudo.

⁵ Segundo modelo de produção pragmática de Færch & Kasper (1983; 1984). Ao buscar, no componente pragmático do conhecimento declarativo, as condições constitutivas das EHPs para processá-las segundo os procedimentos pragmáticos do conhecimento processual, os alunos operam com base na L1 e não na língua-meta.

portanto, substituídas por outras igualmente polidas, porém com um potencial menor de ambigüidade. Faz-se necessário que a abordagem pedagógica vá um pouco mais além e enfoque também a questão da transparência ilocucionária e marcação pragmática para que prováveis tendências para a influência negativa interlingüística e a supergeneralização intralingüística possam ser minimizadas em prol de uma produção mais adequada pragmaticamente. Esta área, a da produção pragmática, vem crescendo em importância desde o advento do ensino comunicativo. No entanto, um dos problemas encontrados por esta abordagem tem sido a relativa falta de conhecimento que se tem sobre o funcionamento da linguagem na comunicação. Quando se aborda a linguagem no conjunto da variabilidade do uso lingüístico, torna-se o trabalho descritivo, bem como o aplicado, muito mais complexo. Entretanto, como argumenta House-Edmondson (1986: 283),

...se vamos ensinar linguas de uma forma comunicativa, não podemos prescindir de estudos sistemáticos de áreas comunicativas específicas, como a dos atos da fala, para podermos dizer algo sensato sobre o ensino nesta área. [Tradução do A.]

(Recebido em 24/05/96. Aprovado em 13/08/96)

Referências Bibliográficas

- ADEGBIJA, E. (1988) 'My friend, where is Anini?' Decoding the meaning of utterances. *Journal of Pragmatics*, 12 (2): 151-60.
- BLUM-KULKA, S. (1981) The study of translation in view of new developments in discourse analysis: the problem of indirect speech acts. *Poetics Today*, 2 (4): 89-95.
- _____. (1987) Indirectness and politeness in requests: same or different? *Journal of Pragmatics*, 11 (2):131-46.
- _____. & E. OLSHTAIN (1984) Requests and apologies: a cross-cultural study of speech act realization patterns (CCSARP). *Applied Linguistics*, 5 (3): 196-213.
- _____. J. HOUSE & G. KASPER (orgs.) (1989) *Cross-cultural Pragmatics: Requests and Apologies*. (Advances in Discourse Processes Series - Vol. XXXI). Norwood, N. J.: Ablex Publishing Corporation.

- BROWN, H. D. (1994) *Principles of language learning and teaching*. 3rd edition. Englewood Cliffs: Prentice Hall Regents.
- CELCE-MURCIA, M. & B. HAWKINS (1985) Contrastive analysis, error analysis, and interlanguage analysis. In: M. CELCE-MURCIA. *Beyond basics: issues and research in TESOL*. Rowley, MA: Newbury House.
- CLARK, H. H. & P. LUCY (1975) Understanding what is meant from what is said: a study in conversationally conveyed requests. *Journal of Pragmatics*, 14 (1): 56-72.
- ECKMAN, F. R. (1981) On the naturalness of interlanguage phonological rules. *Language Learning*, 31: 195-216.
- ELLIS, R. (1994) *The study of second language acquisition*. Oxford: OUP.
- ERVIN-TRIPP, S. (1976) Is Sybil there? The structure of some American English directives. *Language in Society*, 5 (1): 25-66.
- FÆRCH, C. & G. KASPER (1983) Plans and strategies in foreign language communication. In: C. FÆRCH & G. KASPER. *Strategies in interlanguage communication*. Harlow: Longman.
- ____ (1984) Pragmatic knowledge: rules and procedures. *Applied Linguistics*, 5 (3): 214-25.
- GIBBS, R. W., Jr. (1979) Contextual effects in understanding indirect requests. *Discourse Processes*, 2: 1-10.
- ____ (1981) Your wish is my command: convention and context in interpreting indirect requests. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 20: 431-44.
- GRICE, H. P. (1975) Logic and conversation. In: P. COLE & J. MORGAN. *Syntax and semantics*. Vol. 3. Speech Acts. New York: Academic Press.
- HANNAGAN, T. J. (1986) *Work out statistics GCSE*. London: Macmillan.
- HOUSE-EDMONDSON, J. (1986) Cross-cultural pragmatics and foreign language teaching. In: K.-R. BAUSCH, F. C. KÖNIGS & R. KOGELHEIDE. *Probleme und Perspektiven der Sprachlehrforschung: Bochumer Beiträge zum Fremdsprachenunterricht in Forschung und Lehre*. Frankfurt/M: Scriptor.
- LEECH, G. N. (1977) Review of J. M. Sadock's *Toward a linguistic theory of speech acts* and P. Cole & J. L. Morgan's (eds.) *Syntax and semantics*. (Vol. 3: Speech acts). *Journal of Linguistics*, 13 (1): 133-45.

- _____ (1983). *Principles of pragmatics*. London: Longman.
- LEVINSON, S. C. (1983) *Pragmatics*. Cambridge: CUP.
- MATTOSO CÂMARA Jr., J. (s/d) *Dicionário de filologia e gramática*. 4ª ed. São Paulo/Rio/Fortaleza: J. Ozon Editor.
- MITRANO-NETO, N. (1989) The sociopragmatics of interlanguage: indirection in the production of requestive strategies by Brazilian EFL learners. Report on Phase 1. (Mimeo) Department of Linguistic Science, The University of Reading.
- _____ (1991) Mitigation in requestive behaviour: The effect of sociopragmatic variability on the planning of requests by Brazilian EFL learners. Tese de Doutorado. Department of Linguistic Science, The University of Reading.
- _____ (1993) Illocutionary transparency in interlanguage requestive behaviour viewed from a cross-linguistic perspective: The case of the 'ability-type' preparatories. Comunicação apresentada no Encontro do GT de Linguística Aplicada da ANPOLL. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- _____ (1994) The effect of pedagogic discourse on the pragmatics of interlanguage. In: V. J. LEFFA. *Autonomy in language learning*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- _____ & M. M. BARGIELA (1995) The question of illocutionary transparency in Brazilian Portuguese: a short inferential path? *Anais do IV Congresso da ASSEL-Rio*. Niterói: UFF-Instituto de Letras, p. 302-13.
- MORGAN, J. L. (1978) Two types of convention in indirect speech acts. In: P. Cole. *Syntax and semantics*. Vol. 9. Pragmatics. New York: Academic Press.
- ODLIN, T. (1989) *Language transfer*. Cross-linguistic influence in language learning. Cambridge: CUP.
- OWEN, F. & R. JONES (1977) *Statistics*. 2nd edition. London/New York: Longman.
- SADOCK, J. M. (1974) *Toward a linguistic theory of speech acts*. New York: Academic Press.
- SEARLE, J. R. (1969) *Speech acts*. An essay in the philosophy of language. Cambridge: CUP.
- _____ (1975). Indirect speech acts. In: P. COLE & J. MORGAN. *Syntax and semantics*. Vol. 3. Speech Acts. New York: Academic Press.
- SPERBER, D. & D. WILSON (1986) *Relevance*. Communication and cognition. Oxford: Basil Blackwell.

- WIERZBICKA, A. (1985) Different cultures, different languages, different speech acts. *Journal of Pragmatics*, 9 (2/3): 145-78.
- WILSON, D. (1994) Relevance and understanding. In: G. BROWN, K. MALMKJÆR, A. POLLITT & J. WILLIAMS. *Language and understanding*. Oxford: OUP.
- WOODS, A., P. FLETCHER & A. HUGHES (1986) *Statistics in language studies*. Cambridge: CUP.

Anexos

Anexo 1: Exemplos de cenários do DCT

a) Situação 1 – Cenário b

Condições situacionais: {+autoridade (posição) /anuência/ação/família-nuclear/
F=masculino; Ov=masculino}

Você está passando suas férias com seu irmão gêmeo numa casa de campo a você confiada por um amigo. Seu irmão é uma pessoa que está sempre pronta a dizer “não” ao trabalho. Você se deu conta de que ele deixou a torneira do banheiro aberta e inundou tudo. Você quer lhe pedir que feche a torneira; o que você diria?

b) Situação 5 – Cenário b

Condições situacionais: {-autoridade (idade+posição) /+anuência/objeto/
colegas/F=feminino; Ov=masculino}

Você trabalha numa loja onde também trabalha um senhor há muitos anos. Todos na loja gostam muito dele, pois é uma pessoa que está sempre disposta a ajudar. Você quer lhe pedir o guarda-chuva; o que você diria?

Anexo 2: Questionário de validação

Instruções

Após cada situação descrita a seguir, você encontrará quatro perguntas que podem, ou não, representar a escolha que você teria feito se tivesse que usá-las numa situação real. Você provavelmente achará que algumas perguntas são mais adequadas à situação que outras. Leia as situações sempre em pares, isto é, “A/B” primeiro e depois “C/D” e então

numere as perguntas de acordo com o grau de adequação que você lhes atribui: (1) seria a pergunta mais adequada e (4) a menos adequada. Muito obrigado.

Situação A

Você sai cedo de casa para o trabalho e seu(sua) esposo(a) resolve ficar até um pouco mais tarde, já que achou que deveria consertar a fechadura da porta do banheiro que não anda funcionando bem. Quando você retorna à noite do trabalho, ele(a) já se encontra em casa. Você, antes de olhar a fechadura, quer saber se ela está funcionando.

Situação B

Você sai cedo de casa para o trabalho e seu(sua) esposo(a) resolve ficar até um pouco mais tarde, já que achou que deveria consertar a torneira da pia do banheiro que está pingando há mais de um mês. **Dois ou três bombeiros já vieram consertá-la mas não obtiveram sucesso.** Quando você retorna à noite do trabalho, ele(a) já se encontra em casa. Você, antes de olhar a torneira, quer saber se ela está funcionando.

Situação A

- 1() A fechadura foi consertada?
- 2() Você pôde consertar a fechadura?
- 3() Você consertou a fechadura?
- 4() Você conseguiu consertar a fechadura?

Situação B

- 1() A torneira foi consertada?
- 2() Você pôde consertar a torneira?
- 3() Você consertou a torneira?
- 4() Você conseguiu consertar a torneira?

Situação C

Você chama um determinado indivíduo (uma pessoa que faz tudo) para recolocar alguns azulejos na sua cozinha. Na conversa com ele, você tenta descobrir se ele também consertaria a porta do seu banheiro cuja

madeira está apodrecendo. Em que ordem de preferência você usaria as perguntas abaixo?

Situação D

Você chama um determinado indivíduo (uma pessoa que faz tudo) para recolocar alguns azulejos na sua cozinha. Na conversa com ele, você tenta descobrir se ele também consertaria a porta do seu banheiro cuja madeira está apodrecendo. Quando você menciona o problema da porta, ele faz uma “careta”. Em que ordem de preferência você usaria as perguntas abaixo?

Situação C

- 1() Você sabe trabalhar com madeira?
- 2() Você pode trabalhar com madeira?
- 3() Você trabalha com madeira?
- 4() Você trabalha com madeira?

Situação D

- 1() Você sabe trabalhar com madeira?
- 2() Você pode trabalhar com madeira?
- 3() Você trabalha com madeira?
- 4() Você não trabalha com madeira ?